

## Grupos, gangues e violência armada em Timor-Leste

A 11 de Fevereiro de 2008, o Major Alfredo Reinado e um grupo de ex-soldados das FDTL<sup>1</sup> conhecidos como Peticionários, acompanhados por ex-membros da PNLT<sup>2</sup> que a eles se tinham aliado, atacaram a residência do Presidente José Ramos-Horta em Dili. O presidente, que regressava a casa depois de fazer *jogging*, foi atingido e ficou gravemente ferido; elementos da sua segurança mataram Reinado e um dos seus homens. Menos de duas horas mais tarde, a coluna de veículos onde seguia o Primeiro Ministro Xanana Gusmão ficou debaixo do fogo de um grupo comandado pelo líder dos Peticionários, o Tenente Gastão Salsinha.

O choque provocado por estes ataques coordenados pôs fim ao breve período de acalmia depois da violência provocada por gangues e que se prolongara até Dezembro de 2007. Reinado era conhecido como um elemento-chave numa rede mais vasta de gangues, frentes políticas e grupos de patrocínio (*patronage groups*) no seio da elite política. Embora os Peticionários tivessem constituído uma força desestabilizadora na política e sociedade timorenses durante dois anos, a ameaça que representavam não foi devidamente avaliada.

Os grupos armados e gangues não constituem um fenómeno novo em Timor-Leste, mas evoluíram de grupos de resistência clandestinos durante o período colonial indonésio para um conjunto muito heterogéneo de colectivos, incluindo de veteranos descontentes, grupos clandestinos, frentes políticas, grupos de artes marciais (GAMs), gangues baseados em aldeias, colectivos de jovens e organizações de segurança. Nove anos após o fim da ocupação indonésia, o facto de os gangues se terem diversificado e multiplicado constitui uma manifestação da existência de um conjunto de tensões sociais na sociedade timorense e uma expressão da fragilidade continuada do Estado e das suas instituições. Durante a ocupação, estes grupos protegeram as suas comunidades das forças de segurança indonésias e dos grupos que actuavam por sua conta; agora protegem as comunidades umas das outras.

Esta *Nota Informativa* analisa a presença e os papéis dos gangues em Timor-Leste. Ao fazê-lo, examina o seu crescimento recente, as ameaças que representam e o acesso que têm e uso

que fazem das armas, em particular de armas ligeiras. O estudo realizado conclui que:

- Embora os grupos armados em Timor-Leste apresentem uma grande diversidade de formatos no que se refere aos seus membros, mecanismos de comando e controlo e motivações, todos estão organizados em redes de patrocínio e relações de parentesco (*patronage and kinship networks*) centradas em torno de uma única figura, onde as lealdades são sustentadas através da prestação de pequenos serviços.
- Em anos recentes, os GAMs cresceram muito significativamente no que se refere ao seu alcance e influência; actualmente, existem 20,000 membros registados —e, provavelmente, um número pelo menos idêntico de membros não-registados— cuja influência chega aos 13 distritos. Dili transformou-se no principal campo de batalha para os GAMs, e os confrontos entre eles são públicos e frequentes.
- Os factores que influenciam a probabilidade de eclosão de violência entre grupos são múltiplos e incluem conflitos pré-existentes e assassinatos de retaliação entre grupos étnicos que têm raízes com décadas, disputas em torno de propriedades, desemprego sistémico, diferendos políticos, rivalidades relacionadas com o controlo de determinados territórios, crimes de natureza predatória, e auto-defesa.
- As armas ligeiras e de pequeno calibre de fabrico industrial não parecem desempenhar um papel muito importante no exacerbar da violência entre gangues em Timor-Leste. A maior parte da violência é cometida com armas de baixa tecnologia que vão das pedras, setas e explosivos rudimentares até aos lançadores de dardos e *rakitans* de fabrico artesanal, embora sejam também usadas pistolas e espingardas de assalto.
- As respostas do Estado às acções dos gangues têm variado entre intervenções musculadas lideradas pelas forças de segurança e a mediação de 'processos de paz' através do Gabinete do Primeiro-Ministro ou da sociedade civil. Outras intervenções parecem igualmente promissoras, como o estabelecimento de comissões directivas inter-

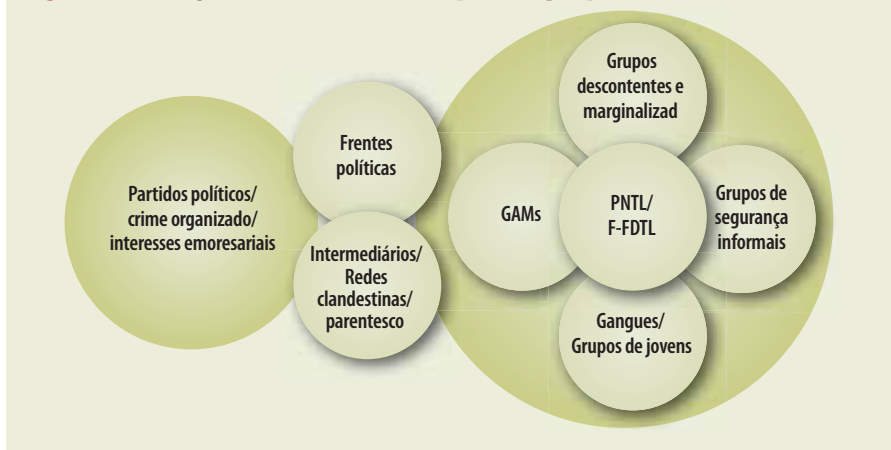
ministeriais e organismos para as políticas de juventude e mediação, que se propõem regulamentar e registar grupos específicos e as respectivas lideranças, mapeando os territórios dos diversos gangues, monitorizando as ligações entre os políticos e os líderes dos gangues, e colocando elementos para a ligação com os gangues em aldeias-chave.

### Para uma tipologia dos grupos armados e gangues

Para um país com menos de um milhão de habitantes, Timor-Leste apresenta uma gama extraordinariamente diversificada de grupos, que vão dos GAMs e movimentos sociais a pequenos gangues-de-rua e grupos de jovens. Porém, tal como acontecia com as milícias de 1999, não se trata de um fenómeno novo e espontâneo. Embora alguns possam ter raízes mais antigas, a maioria destes grupos teve a sua génese durante o processo de militarização intensa da sociedade timorense que teve lugar sob a ocupação indonésia, entre 1975 e 1999.<sup>3</sup> A maior parte dos grupos actualmente existentes foram constituídos, ou para se opor à ocupação ou, como sucede no caso dos GAMs, são uma herança das tentativas dos militares indonésios de imporem um controlo social. Embora o grosso destes grupos possa ser constituído por jovens descontentes e marginalizados, os seus membros provêm de todos os sectores da sociedade, incluindo membros da elite política e económica e entre grupos da sociedade civil preocupados com a violência baseada no género e os direitos humanos.

Tentar estabelecer divisões claras entre estes grupos é uma tarefa simultaneamente difícil e polémica. Muitas organizações partilham parte dos seus membros e possuem diversas características comuns, tais como o facto de terem ex-veteranos nas suas fileiras ou de serem antigas organizações clandestinas. Os grupos reinventam-se regularmente: os grupos clandestinos e marginalizados, por exemplo, surgiram da resistência à ocupação indonésia mas transformaram-se, desde então, em movimentos de protesto, ou formaram partidos políticos ou transformaram-se em organizações criminais. Existem poucas estatísticas

**Figura 1: Relações entre diversos tipos de grupos armados**



fiáveis sobre tais grupos e os números aqui apresentados constituem apenas estimativas. Tal deve-se à ausência de trabalhos de investigação aprofundada e ao facto destes grupos inflacionarem o número dos seus membros, que também vão fluando ao longo do tempo ao sabor de cisões internas e de outros factores. Ainda assim, as relações entre os grupos podem ser mapeadas, em traços gerais, como se segue (ver Figura 1).

De um modo geral, os GAMs e líderes paramilitares negam as suas filiações políticas. Ao contrário de algumas milícias ligadas a partidos políticos na Indonésia, conhecidas como Satgas (*satuan tugas*), as ligações entre políticos, gangues, GAMs e os diferentes grupos paramilitares politizados existentes em Timor-Leste são geralmente informais e extremamente fluidas. Ligam estes grupos e partidos alianças pessoais, familiares e clandestinas, assim como o facto de existirem membros que pertencem a mais de uma organização. Muitos dos grupos, especialmente GAMs, possuem ligações de militância ou familiares aos principais partidos políticos, polícia e forças armadas. Muitos membros de gangues são igualmente membros de GAMs e dos grupos marginalizados e mais politizados de maiores dimensões. Assim, os bandos de jovens (*mobs*) são mobilizados à medida das necessidades através de intermediários de confiança, geralmente relacionados com ou conhecidos de políticos através dessas redes. As ligações formais são difíceis de provar — e essa é uma realidade que os líderes dos gangues e os políticos são céleres a explorar. No Quadro 1 apresenta-se uma síntese dos diversos grupos com indicação das suas origens geográficas, data de formação, composição e estimativa do número de membros, bem como das suas ligações políticas e outras características.

O desemprego dos jovens constitui um factor importante no crescimento destes grupos. Cerca de um terço da força de trabalho em Díli, com idades compreendidas entre os 25–29 anos está desempregada ou ‘desencorajada’ (deixou de procurar activamente um emprego). Esse número cresce para 60% entre os adolescentes do sexo masculino e para cerca de 50% no grupo etário dos 20–24 anos.<sup>4</sup> Associada ao desemprego está uma forte migração dos meios rurais para os

meios urbanos, predominantemente de jovens do sexo masculino, dos distritos para Díli. Cerca de 40% da população de Díli é composta por migrantes internos, e a maior parte destes fluxos populacionais são recentes. O Censo de 2004 indica que em apenas cinco anos, entre 1999 e 2004, a população de Díli cresceu de 100,715 para 173,541. De acordo com esses dados, 56,4% desse crescimento deveu-se a migrações internas.<sup>5</sup>

Como foi já observado em países vizinhos, tais como a Papua Nova Guiné, níveis elevados de migração dos meios rurais para as cidades e de desemprego geram frustração e tensões sociais.<sup>6</sup> A juntar à erosão da auto-estima nos jovens do sexo masculino por causa da sua situação de desemprego junta-se o seu estatuto social subordinado, uma vez que muitos deles, vindos para a cidade em busca de trabalho, ficam a viver com as suas famílias alargadas e são frequentemente hóspedes indesejados. Alguns pouco mais são do que escravos domésticos.<sup>7</sup> Os gangues e GAMs oferecem a estes jovens companhia, estatuto e protecção, cigarros e álcool gratuitos e frequentemente uma fonte de rendimento.

Embora nalguns casos os gangues locais se tenham transformado numa fonte de perturbação por extorquir dinheiro dos comerciantes locais e pelos seus hábitos de consumo de álcool e actos de violência, em muitos casos ele são uma parte aceite da comunidade. Por vezes, os membros dos gangues são até figuras de autoridade, tais como chefes de aldeia. Os gangues também são uma importante fonte de patrocínio e, frequentemente, a única fonte de assistência social ou crédito em aldeias pobres, onde poucas ou nenhuma pessoas têm empregos. A existência de uma ambivalência generalizada em relação ao uso da violência para alcançar mudanças políticas ou sociais é também perturbante. O apoio existente a figuras violentas como o Major Reinado entre a juventude urbana descontente e marginalizada tem sido muito comentado, mas a sua base de apoio era ainda mais ampla, incluindo muitos elementos da igreja e nas ONGs preocupadas com a violência baseada no género e os direitos humanos.

A elite política nem sempre tem fornecido os modelos comportamentais alternativos (positivos) necessários para alterar as atitudes

das comunidades. A utilização irresponsável dos gangues pelos partidos políticos como serviços pessoais de segurança e agentes provocadores consolidou o poder destes grupos e tornou-os mais atraentes para os jovens enquanto fonte de rendimento. A tolerância manifestada para com Reinado e os Peticionários, e a amnistia concedida a figuras-chave sociedade, e muitos observadores receiam que se esteja a criar um clima de impunidade.

## Estruturas dos grupos

Embora os GAMs declarem possuir estruturas e uma liderança nacional, os seus dirigentes não parecem exercer um controlo efectivo sobre a totalidade das suas organizações. A situação mais comum é controlarem apenas aquelas secções da sua organização nas quais partilham laços pessoais ou de parentesco através de qualquer tipo de relação de obrigações mútuas.

Os membros dos GAMs estão frequentemente alinhados segundo redes de parentesco. Cada subúrbio de Díli está dividido em aldeias. Cada aldeia corresponde, *grosso modo*, ao território de uma família alargada, e não é invulgar uma aldeia inteira pertencer a um GAM específico. Este fenómeno é sublinhado pelo facto da maior parte dos conflitos em Timor-Leste serem entre aldeias e não no seu interior.<sup>8</sup> Aquilo que por vezes pode parecer uma disputa entre GAMs é, com frequência, um diferendo entre comunidades, com cada qual a mobilizar a sua juventude para defender o seu território. Este padrão repete-se por todo o território e, assim, conflitos antigos aparecem por vezes mascarados de conflitos entre GAMs ou gangues. Os conflitos surgidos num distrito rural podem espalhar-se à capital, se uma família recorre a um GAM para atacar outra — por exemplo, por causa de uma disputa sobre terras — e a notícia se espalha; nessa altura, os membros de GAMs de outras famílias ou famílias alargadas na capital podem resolver envolver-se no conflito. E assim, aquilo que era originalmente uma disputa entre famílias transforma-se num conflito mais generalizado entre gangues.

Muitos dos inúmeros grupos de jovens e gangues “de esquina” que proliferam em Díli têm uma base familiar. Algumas famílias podem formar alianças de protecção mútua com outras famílias, alargando desse modo os conflitos a partes da comunidade que até aí não estavam envolvidas. Isso ficou particularmente claro nos confrontos ocorridos no Bairro Pité em 2007, quando os grupos de jovens ligados a diversas famílias se juntaram para expulsar da sua área o *Persaudaraan Setia Hati Terate* (PSHT), o GAM mais numeroso em Timor-Leste.

Muita da violência do período de 2006, no entanto, não foi organizada por intermédio de gangues monolíticos e coerentes mas através de redes pessoais, familiares, políticas e clandestinas. A maioria dos gangues não têm nome nem um conjunto fixo de membros, funcionando mais como redes de patrocínio associadas a uma figura de proa particular. Essas figuras são, com frequência, antigos activistas ou dirigentes vindos da clandestinidade ou os chefes de redes familiares. Sob a ocupação indonésia, muitas redes clandestinas baseavam-

## Quadro 1 Tipologia dos gangues e outros grupos em Timor-Leste

Tipo de grupo e exemplos	Área geográfica de influência	Data de formação	Composição e número de membros	Ligações políticas e outras características
<b>Grupos descontentes e marginalizados</b> <i>CPDRDTL</i> <i>Colimau 2000</i> <i>Sagrada Família</i>	Âmbito nacional, mas geralmente a sua influência é mais forte nas zonas rurais de onde os seus líderes são oriundos	A maioria no início da década de 2000, mas alguns surgiram no final da década de 1990	Elementos mais velhos, desempregados ou agricultores pobres de áreas rurais com uma elevada percentagem de ex-veteranos  Alguns milhares de membros	Anti-governo, sem nenhum alinhamento político definido, excepto por oportunismo  As suas queixas e reclamações específicas incluem empregos para os veteranos e apoios das autoridades ao sector agrícola  Aparecem frequentemente em manifestações violentas e outras iniciativas
<b>Grupos clandestinos</b> <i>7-7</i> <i>5-5</i> <i>Bua Malus</i>	Âmbito nacional, mas de um modo geral mais fortes em Díli e nos distritos da parte ocidental do país	Década de 1980	Constituídos de um modo geral por jovens desempregados, com alguns membros das forças de segurança; média etária 16 -35 anos mas a liderança é mais velha  O número de membros situa-se provavelmente no meio milhar	Declararam frequentemente a sua neutralidade mas os principais grupos estão geralmente identificados com um dos principais partidos em função das ligações partidárias dos seus dirigentes  Partes destes grupos estão envolvidas em actividades criminosas e também participaram na violência de 2006-07
<b>Grupos de artes marciais (GAM)*</b> <i>PSHT</i> <i>KORK</i> <i>Kera Sakti</i> <i>Kung Fu Master</i>	Âmbito nacional mas frequentemente com ligações a aldeias específicas	Surgidos maioritariamente durante a ocupação indonésia na década de 1980, mas alguns grupos, por ex. KORK, afirmam ter sido criados mais cedo	Todos os grupos etários, ambos os géneros e todas as classes sociais, incluindo académicos e ministros do governo; forte presença nas forças de segurança  15–20 grupos e cerca de 90,000 membros <sup>9</sup>	Declararam frequentemente a sua neutralidade mas os principais grupos estão geralmente identificados com um dos principais partidos em função das ligações partidárias dos seus dirigentes**  Sobretudo organizações desportivas legítimas, mas também são mobilizados por políticos para manifestações e acções violentas, e pelo mundo do crime organizado para acções de segurança, extorsão e outros actos criminosos
<b>Frentes políticas</b> <i>MUNJ</i>	A sua base é sobretudo em Díli	2006–07	As lideranças são maioritariamente, os membros são geralmente elementos da classe média com um emprego	Estruturas de mobilização de multidões ( <i>rent-a-crowd outfits</i> ) constituídas por partidos políticos da oposição para mobilizar jovens para manifestações; também funcionam como frentes ( <i>umbrella groups</i> ) para diversos grupos dissidentes com ligações aos gangues
<b>Gangues</b> <i>Ameu Van Damme Commando</i> <i>Comoro Market Gang</i>	Geralmente baseados em Díli, mais comuns nos subúrbios, dominados por migrantes das zonas rurais, em torno das principais zonas comerciais, incluindo os mercados	Alguns existiam antes de 1999 mas a maioria foi formada depois de 2000	Todas as idades, mas o membro típico tem uma idade à volta de vinte anos  Dimensão média dos gangues maiores é de algumas centenas de membros, mas existem inúmeros gangues “de esquina” ( <i>street corner gangs</i> ) que possuem não mais de uma dúzia de membros	Contratados pela criminalidade organizada, interesses comerciais e partidos políticos para acções de fogo posto, intimidação e, por vezes, assassinatos; sustentam-se recorrendo à pequena extorsão, furtos e prestação de serviços de segurança a locais de jogo ilegal e bordéis; poucos possuem nomes oficiais, estando geralmente centrados em torno de uma figura de autoridade mais velha
Grupos de jovens <i>Slebor</i> <i>Green Villa Blok M</i> <i>Aqui Jazz</i> <i>Predator</i>	Todos os distritos mas predominantemente Díli; mais numerosos nas zonas onde predominam os migrantes provenientes de zonas rurais	Formados maioritariamente na década de 1980, mas surgiram muitos grupos novos entre 2006–07	A maioria tem idades em torno dos 20 anos, alguns grupos incluem os dois géneros, todas as classes sociais representadas, mas constituídos predominantemente por jovens desempregados do sexo masculino  O número de membros varia entre as dezenas e as centenas	Geralmente apolíticos mas por vezes mobilizados para acções violentas; alguns estiveram envolvidos, por sua própria iniciativa, nos ataques contra elementos provenientes dos distritos orientais; subsistem com frequência fornecendo segurança aos comerciantes e através de acções de extorsão e pequenos furtos; muitos fornecem serviços úteis, desempenham funções cívicas ou desportivas, musicais e artísticas
<b>Grupos de segurança informais</b> <i>Peticionários</i> <i>Grupo de Railos</i> <i>Isolados</i>	Maioritariamente nos distritos rurais nas zonas montanhosas da parte ocidental do país, particularmente nas zonas fronteiriças	Têm vindo a surgir ao longo do período pós-independência, mas particularmente no final do período 2005-07	Maioritariamente constituídos por veteranos mais velhos mas incluindo também alguns ex-membros das F-FDTL e da polícia.  O número total de membros andarà pelas centenas, mas os grupos individuais têm membros na ordem das dezenas	Anti-governo mas sem alinhamentos políticos, excepto por razões oportunistas; queixas e reclamações que têm que ver sobretudo com o seu emprego nas F-FDTL; têm acesso a armas de fabrico industrial; embora temporariamente dissolvidos, têm o potencial para se reconstituir rapidamente

\* Um relatório recente da GTZ identifica três tipos de GAMs: (a) GAMs de “fardas brancas” que estão extremamente organizados, não são violentos e seguem as regras e padrões internacionais das artes marciais; (b) GAMs de origem indonésia tais como o PSHT Kera Sakti, que não estão envolvidos em qualquer campeonato organizado em Timor-Leste e têm sido implicados em acções violentas; (c) GAMs timorenses que praticam uma forma indígena de artes marciais, tais como o KORK, e cuja organização segue uma estrutura de comando de tipo militar (alguns destes também foram implicados em actos violentos).<sup>10</sup>

\*\* O KORK, por exemplo, esteve alinhado com a FRETILIN sob o comando de Nuno Soares, mas quando o seu líder inicial Naimori foi libertado da cadeia, expulsou Soares do KORK e pôs fim à ligação desta organização com a FRETILIN.

\*\*\* A designação “grupos de artes rituais” é por vezes usada para descrever grupos como o 7-7 e o Colimau 2000. Trata-se de uma designação um pouco enganadora, uma vez que muitos GAMs, tais como o PSHT e o KORK, também praticam rituais sincréticos que acreditam conferir-lhes poderes secretos. Por influência do misticismo javanês, diversos GAMs de origem indonésia acreditam que a prática de artes marciais lhes confere poderes de cura.





Grafite de gangues em uma casa abandonada, Dili, 2008

© JAMES SCAMBURY

presença internacional no país. Em resultado da violência de 2006–07, Díli está agora dividida em zonas controladas por gangues individuais com direitos exclusivos sobre os proventos resultantes de tais actividades ilegais.

A emergência de fenómenos de tráfego humano e de comércio de drogas em Timor-Leste torna o crime uma opção muito mais lucrativa para os GAMs e gangues, assim como aumenta o potencial para uma competição violenta entre eles, dada a dimensão de alguns desses grupos. A utilização das receitas do petróleo como fundo de desenvolvimento e um *boom* na área da construção deficientemente regulamentada e estimulado pela maior presença internacional no país constituem atratores para as organizações criminosas internacionais e, desse modo, oportunidades de negócio para tais GAMs e gangues.

## Os grupos desde a crise de 2006 até ao presente

Antes do conflito de 2006, os gangues armados, grupos paramilitares e GAMs constituíam uma presença constante, embora raramente referida, da paisagem social pós-independência. A violência que eclodiu na capital e nas áreas rurais, em resultado da crise de Abril e Maio de 2006, e que resultou na destruição de cerca de 6000 casas e no deslocamento de mais de 140 000 pessoas demonstra o potencial destrutivo de tais grupos.

À medida que a crise política evoluía, começaram a ocorrer por todas a cidade de Díli distúrbios entre grupos étnicos das partes oriental e ocidental do país, que rapidamente degeneraram em batalhas diárias nas ruas da cidade. Existiram quatro motivos principais para a violência:

- **Disputas em torno de propriedades.** Calcula-se que após o êxodo dos refugiados em 1999, 50% das propriedades em Díli foram reocupadas ilegalmente.<sup>16</sup> A violência generalizada foi usada para encobrir acções de expulsão essencialmente de migrantes da zona oriental do país de propriedades cuja posse era contestada. Existem igualmente dados consistentes que apontam para o facto da violência ter servido para encobrir acções de empreiteiros corruptos destinadas a limpar terrenos com vista a construção futura nos mesmos, tendo sido fornecidas aos gangues listas dos inquilinos a expulsar.<sup>17</sup>
- **Lutas entre gangues pelo controlo de territórios específicos.** Após 1999, gangues provenientes das regiões orientais do país deslocaram-se para Díli e passaram a controlar os esquemas de protecção e o emprego nos dois principais centros de negócios—os mercados e os terminais de transportes públicos—para além do jogo ilegal e da prestação de serviços de segurança aos clubes nocturnos e bordéis ilegais. Embora estivessem envolvidos muitos grupos, são quatro os principais gangues da zona ocidental do país que agora dominam esses esquemas em Díli, na sequência da violência de 2006.

se em relações de parentesco,<sup>11</sup> e muitos gangues da actualidade estão estruturados de modo semelhante. Os líderes de tais gangues também cultivam a lealdade através de mecanismos de patrocínio tais como empréstimos, cigarros ou álcool, ou através da intimidação. Muitas dessas figuras lideram esquemas de extorsão, distribuindo os seus proventos pela comunidade local de modo a engrandecerem o seu estatuto nela. Os jovens não são necessariamente pagos para executar actos criminosos, mas podem sentir-se motivados a fazê-lo por lealdade e obrigação. Quando os partidos políticos ou figuras do mundo dos negócios precisam de organizar uma multidão, tais figuras funcionam como angariadores (*procurers* ou *fixers*). Cerca de meia dúzia de figuras poderosas sedeadas em Díli possuem bases de poder muito amplas e podem solicitar a figuras menores, mais localizadas, a organização dos jovens em bandos, por exemplo, para assediar campos de deslocados (*internally displaced persons*, IDPs) ou intimidar rivais de negócios.

## Fontes de rendimento

Os esquemas de protecção constituem uma importante fonte de rendimentos para a maioria dos gangues e, como tal, uma praga significativa para a actividade empresarial e um entrave aos investimentos. Estes esquemas afectam todos os tipos de negócios, desde pequenos quiosques de esquina a importantes empresas de construção e supermercados. Os mercados, terminais de transportes públicos e supermercados chineses são particularmente vulneráveis. Embora algumas empresas tenham estabelecido acordos não-oficiais voluntários com grupos a fim de se protegerem dos ataques, a extorsão—por vezes designada ‘imposto’ ou uma ‘doação’—constitui a norma. Na maioria dos casos, a extorsão tem lugar a uma escala reduzida e é executada sobretudo por gangues “de esquina”. Contudo, estes grupos trabalham cada vez mais para grupos maiores, incluindo grupos criminosos organizados da Indonésia e China.<sup>12</sup> O crescimento rápido de diversas empresas

de segurança profissionais também tem dado origem a conflitos, uma vez que estas vieram competir com os gangues por aquilo que é a sua fonte de rendimento tradicional.<sup>13</sup>

Os esquemas de protecção podem ocorrer a uma escala mais alargada, quando os grupos procuram aproveitar-se da situação de insegurança existente. Alguns dos gangues que estiveram profundamente implicados na violência de 2006, vieram subsequentemente apresentar-se aos doadores (a troco de um pagamento) como mediadores, criando primeiro o problema e apresentando-se depois como parte da solução.

Para além de oferecerem segurança, os gangues também funcionam como “bandos de aluguer” ao serviço de políticos corruptos, proprietários de terras e grupos criminosos organizados. Durante a violência de 2006, em particular, surgiram relatos persistentes e credíveis de que existiam membros de gangues que estavam a receber dinheiro para provocar violência e executar ataques.<sup>14</sup> A utilização dos gangues e de grupos paramilitares para fins de segurança pessoal e intimidação goza de uma aceitação generalizada. Por exemplo, os dirigentes do CNRT enviaram os sinais errados quando nomearam Vicente da Conceição, também conhecido como Railós, para coordenar a sua campanha eleitoral em Liquiçá, apesar da Comissão de Inquérito da ONU ter recomendado a abertura de um processo judicial contra este indivíduo pelo papel desempenhado na violência de 2006.<sup>15</sup>

O jogo ilegal, incluindo as máquinas de *poker*, lutas de galos, lotarias ilegais e outras formas mais tradicionais constituem igualmente uma fonte de rendimentos lucrativa—e cada vez mais, com a chegada de sofisticadas máquinas de *poker* que envolvem volumes de dinheiro muito mais elevados. Mais uma vez, este tipo de operações tendem a constituir uma coutada exclusiva do crime organizado, mas os gangues mais pequenos, especialmente os GAMs de maiores dimensões, fornecem segurança a tais esquemas, tal como o fazem para os clubes nocturnos e bordéis que proliferam com a maior

## Caixa 1 Cronologia da crise política de 2006

- 16 de Março: Quinhentos e noventa e quatro elementos das F-FDTL são demitidos acusados de deserção
- 24 de Abril: Um grupo de soldados demitidos conhecidos como Peticionários e os seus apoiantes organizam manifestações no exterior do Parlamento
- 28 de Abril: Uma manifestação degenera numa confrontação violenta e duas pessoas são mortas
- 3 de Maio: O Major Alfredo Reinado abandona a polícia militar das F-FDTL, levando consigo outros elementos da polícia militar, PNTL e armamento
- 23 de Maio: Cinco pessoas são mortas num confronto armado entre as F-FDTL e Reinado
- 24 de Maio: Ataque à residência do comandante das F-FDTL, Brigadeiro-General Ruak por dez elementos da PNTL liderados por um comandante adjunto da PNTL, Abílio Mesquita (que também é *warga* ou mestre no PSHT) e o membro do Parlamento Nacional Leandro Isaac. Uma pessoa foi morta e duas ficaram feridas
- 24–25 de Maio: Nove pessoas são mortas quando Peticionários e um grupo liderado pelo ex-membro das F-FDTL Vicente de Conceição também conhecido como Railós atacam a base das F-FDTL em Tasi Tolu
- 25 de Maio: Nove membros da PNTL são mortos num confronto entre as F-FDTL e PNTL no quartel-general da PNTL em Díli; a PNTL desintegra-se praticamente como força de segurança em Díli
- 26 de Junho: O Primeiro-Ministro Mari Alkatiri renuncia ao cargo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros José Ramos Horta é nomeado primeiro-ministro interino

Fonte: OHCHR (2006), pp. 5–7.

- **Violência orquestrada.** Existem diversos relatórios credíveis acerca de membros de gangues que foram pagos para provocar violência,<sup>18</sup> e os ataques aos campos de refugiados e a outras áreas obedeceram a um padrão regular e persistente. Camiões carregados de pessoas chegavam com regularidade dos distritos, organizados e financiados por frentes políticas tais como a Frente Nacional para a Justiça e Paz ou os seus aliados políticos como o Colimau 2000. Algumas testemunhas disseram ter vistos esses grupos a serem coordenados via rádio, e diversos aparelhos de rádio pertencentes à polícia foram descobertos numa acção desencadeada contra a sede de um gangue em Janeiro de 2007.<sup>19</sup>
- **Vingança.** Para além da animosidade provocada pela morte dos membros da PNTL em 25 de Maio, circularam rumores não confirmados acerca de um massacre de 60 pessoas pelas F-FDTL. Muitas pessoas citaram este rumor como uma fonte de ressentimento contra os elementos da parte leste do País, e as F-FDTL, o Primeiro Ministro Mari Alkatiri, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), e todas as pessoas provenientes dessa zona do país foram colectivamente vilipendiadas. Esse rumor exacerbou as memórias dolorosas das atrocidades cometidas pela FRETILIN na guerra civil de 1975 (embora as atrocidades fossem cometidas pelos dois lados no conflito).

Embora a violência tivesse diminuído com a demissão do primeiro-ministro em Junho, continuou a manifestar-se com menor intensidade até à realização de negociações de paz no mês de Outubro, sob os auspícios da Presidência da República. Pouco depois desta crise política ter sido resolvida, surgiu um novo conflito em Novembro entre o Colimau

2000 e o maior dos GAMs, o PSHT, que se espalhou a partir do distrito ocidental de Ermera para os distritos vizinhos e daí para Díli, e que resultou na morte de sete pessoas. A causa do conflito não é clara, mas há muito que existia uma disputa entre os dois grupos em Ermera, com raízes nas tensões históricas entre diferentes aldeias e que existem há centenas de anos. Existem também fortes indícios de uma competição entre estes grupos pelo controlo do contrabando na fronteira, especialmente no mercado fronteiriço de Maliana.

Formou-se rapidamente uma ampla aliança para combater o PSHT, composta por grupos clandestinos e pelo *Kmanek Oan Rai Klaran* (KORK—o outro GAM principal). A justificação apresentada em público para tal aliança e para os confrontos foi a de que o PSHT era um grupo patrocinado pela Indonésia. Mas a verdadeira razão é a mais provável, citada por muitos grupos não associados, foi a atitude agressiva do PSHT no sentido de dominar diversos territórios e controlar as actividades de segurança, protecção e outras actividades ilegais.

O diálogo mediado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro resultou na paragem das hostilidades entre a maioria dos grupos em conflito, mas os confrontos entre o grupo conhecido como 7-7 e o PSHT prolongaram-se por todo o ano de 2007, com um aumento de intensidade após a tentativa de captura de Reinado em Março pela Força de Estabilização Internacional (*International Stabilization Force*, ISF) composta por forças militares da Austrália e Nova Zelândia, e em torno das eleições parlamentares de Agosto. Os conflitos foram particularmente intensos nos distritos de Baucau e Viqueque, embora a violência nas comunidades nestas regiões seja anterior ao nascimento dos partidos políticos e gangues contemporâneos. Este conflito pode ser atribuído, em parte,

a deslocações forçadas durante a ocupação indonésia e à recusa dos ocupantes das terras em regressarem às suas áreas de origem.<sup>20</sup> Disputas sobre terras de natureza análoga têm motivado outros conflitos nas comunidades rurais da região, e algumas dessa disputas surgiram há mais de 70 anos.

As tensões começaram a reduzir-se no início de 2008, e embora se receasse que a morte de Reinado durante os ataques de 11 de Fevereiro de 2008 resultasse num aumento da violência, tal acabou por não acontecer. Na sequência de um longo processo de paz, os dois grupos protagonistas principais, PSHT e 7-7, concluíram uma trégua formal em Agosto de 2008.

## Respostas à violência dos gangues

No último ano, foram feitos progressos significativos na mediação de conflitos e nos esforços para resolver as complexas questões de terras e propriedades de Timor-Leste. As autoridades e as comunidades trabalharam arduamente para garantirem a aceitação pública dos deslocados que regressaram às suas aldeias e bairros, tendo havido um período alargado de tranquilidade desde os ataques perpetrados contra o Chefe de Estado e de Governo em Fevereiro de 2008. Existem indicações de que se pretende pôr em marcha uma política nacional para a juventude e há programas em curso para reforçar o sistema de justiça e reformar o sector de segurança. Embora estas iniciativas sejam essenciais para lidar com as questões mais abrangentes que no passado desencadearam conflitos, são necessários programas e políticas coerentes, consistentes e sustentados que lidem especificamente com os gangues e GAMs. Até à data não existem muitos progressos nesta frente, apesar da diversidade de respostas, que vão da fiscalização e aplicação da lei das forças policiais, tanto locais como internacionais, às abordagens mais conciliatórias de outras autoridades e da sociedade civil. Os resultados de tais esforços têm sido, na melhor das hipóteses, desiguais.

## Respostas do Governo

No dia 27 de Maio de 2005, com o apoio da Asia Foundation, o Fórum de Comunicação para os Grupos de Artes Marciais de Timor-Leste (FORKAMTIL) voltou a reunir, após uma anterior tentativa falhada em 2003, sob os auspícios da Presidência da República, para tentar ajudar a resolver os conflitos entre GAMs. O FORKAMTIL era composto por 14 GAMs, incluindo os dois grupos maiores, PSHT e KORK.<sup>21</sup> A organização preparou diversos seminários de formação em liderança e gestão da violência que tiveram lugar em zonas rurais (a cidade de Díli foi excluída) e mediou a elaboração de um código de conduta que foi acordado entre os dirigentes dos principais grupos em 2006. Infelizmente, tal acordo teve apenas um efeito temporário, uma vez que muitos destes grupos não conseguiram controlar as suas diferentes facções e grupos locais, especialmente nas áreas rurais mais remotas. O FORKAMTIL continua a existir, mas deixou de receber financiamentos em Maio de 2007.<sup>22</sup>



## Caixa 2 O papel das armas

Embora em 2007 se registassem pelo menos 100 mortes relacionadas com as actividades dos gangues, a maior parte dos confrontos entre estes grupos ocorrem com o lançamento de pedras e com os elementos dos grupos posicionados a considerável distância uns dos outros. As mortes são geralmente provocadas com armas de fabrico artesanal primitivas e produzidas rapidamente. Para além de uma variedade de lanças e setas de madeira, a mais comum das armas utilizadas é a *rama ambon*, um dardo primitivo feito a partir de fio eléctrico ou pregos velhos. Lançados com físgas feitas de elásticos, esses dardos estão por vezes embebidos em veneno ou ácido de baterias de automóveis. Sendo letais a curta distância, são geralmente lançados para o ar de longas distâncias e é frequente vê-los enterrados no alto das árvores ou postes telefónicos.

As *rakitans*, ou armas de fabrico artesanal de carregar pela boca, também representam uma ameaça. As *rakitans* podem ser preparadas para disparar pregos, *rama ambons*, setas e mesmo balas verdadeiras; embora algumas tenham gatilhos primitivos, a maioria não tem. À distância a que os gangues normalmente se confrontam, podem parecer bem reais e ameaçadoras. Também têm sido usados explosivos primitivos, incluindo *cocktails* Molotov mas, à excepção do ataque a um campo de deslocados em 2006 que foi muito falado, não têm sido usados com muita frequência.<sup>23</sup>

Embora os membros dos gangues falem por vezes de regras de empenhamento não oficiais que proíbem o uso de armas de fabrico industrial, não existem dúvidas de que, com as suas ligações às forças de segurança, todos os principais gangues têm acesso a tais armas. Um factor que pode desencorajar o uso de armas é o facto das disputas nas comunidades colocarem com frequência frente a frente antigos amigos e vizinhos e haver uma forte resistência a ferir gravemente um antigo amigo.



**Rama ambons recolhidas numa operação realizada pela polícia, Dili 2008**  
© JAMES SCAMBURY

A maior parte das fatalidades parecem ocorrer em emboscadas de retaliação e à queima-roupa. A utilização de armas de fabrico industrial na violência intra-comunitária na vizinha Papua Nova Guiné levou a uma grave escalada da violência no território,<sup>24</sup> mas os gangues de Timor-Leste parecem até agora estar a respeitar o 'código não-escrito'. Até à data, a utilização de armas de fogo tem estado limitada aos membros dos gangues que vêm da PNTL.

elaborada uma lei que regula de uma forma mais rigorosa a constituição e actividades de GAMs. A lei foi apresentada ao Conselho de Ministros e aprovada pelo Primeiro-Ministro, mas ainda não foi promulgada pelo Parlamento Nacional.

## Iniciativas da sociedade civil

O processo mais sustentado e abrangente até agora encetado pela sociedade civil e que pretende lidar especificamente com a violência provocada pelos gangues e GAMs é o projecto de formação da Action Asia/Associação Hak. O projecto, iniciado em Setembro de 2006, resultou de uma parceria entre duas ONGs internacionais, Concern e Oxfam, e duas ONGs nacionais, Yayasan Hak e NGO Forum. A Action Asia, uma rede regional de construção da paz, ficou encarregada de gerir o projecto. Dois membros (um sénior, um júnior) de cada um dos novos principais GAMs activos foram seleccionados para participar num curso colectivo de construção da paz com a duração de um ano. Uma parte do curso incluiu uma visita para que os formandos se inteirassem da situação nas Filipinas, onde reuniram com grupos-chave que desempenham um papel na promoção da paz e da não-violência nesse país, incluindo membros de gangues detidos em cadeias, grupos de solidariedade e oficiais do exército filipino.

Embora um dos dois principais grupos combatentes, o 7-7, não estivesse inicialmente envolvido, acabou por se juntar ao curso para o módulo final e, subsequentemente, celebrou um acordo de paz com o PSHT a 27 de Agosto de 2008, pondo fim a um arrastado conflito entre os dois grupos.<sup>27</sup>

Muitas organizações da sociedade civil e internacionais têm respondido à violência nas comunidades recorrendo a mecanismos tradicionais de mediação. Diversas organizações têm tentado usar cerimónias e autoridades tradicionais, com algum êxito. Contudo, as sobreposições existentes entre os conflitos nas comunidades e os conflitos entre gangues podem complicar tais acordos de paz, tal como o podem as relações complexas entre conflitos comunitários rurais e urbanos. A maioria destas tentativas de mediação têm procurado lidar com os conflitos a nível comunitário, não tendo por isso em conta as rivalidades entre gangues. Os membros de gangues que se deslocam dos distritos para a capital ou no interior desta provocam por vezes um reacender dos conflitos, uma vez que não fazem parte do acordo de paz original. Além disso, muitos dos protagonistas são migrantes de áreas rurais onde os chefes de aldeia não possuem qualquer autoridade. Muitos dos chefes de aldeia viram a sua autoridade comprometida pelo seu comportamento declaradamente politizado.<sup>28</sup>

Os processos de mediação tradicionais poderão revelar-se eficazes com os gangues e GAMs, dado que o respeito pelas leis tradicionais continua a ser muito forte em Timor-Leste. Como declarou o chefe de um GAM, 'Deus toma conta de nós quando morremos; *lulik* (as leis sagradas) matam-nos no presente.'<sup>29</sup> Um processo de mediação financiado

A Presidência da República também encetou um processo de diálogo no final de 2006 com vista a resolver a violência leste-oeste. Um grupo que incluía os líderes dos principais antagonistas do passado organizou uma série de 'manifestações pela paz' em antecipação das celebrações do aniversário do massacre de Santa Cruz, a 12 de Novembro, com o objectivo de promover o diálogo nas comunidades. Embora as tensões leste-oeste ainda não tenham sido totalmente resolvidas, a trégua alcançada tem, em grande medida, sido respeitada.

Paralelamente, o Primeiro Ministro interino, Ramos Horta, iniciou um processo de diálogo distinto no final de Novembro de 2006, com vista a mediar o novo conflito surgido entre o PSHT e uma aliança de outros grupos. Na sequência desse diálogo, foi apresentada uma proposta no sentido de ser criada uma unidade especial de reacção rápida e assistência, constituída por representantes de cada grupo. A unidade proposta seria mobilizada sempre que os GAMs se envolvessem em violência.<sup>25</sup> Este processo foi bem sucedido no que diz respeito à maioria dos grupos envolvidos, mas o conflito entre o PSHT e o 7-7 prosseguiu até ao final de 2007. O Ministério do Trabalho e Reinserção

Comunitária (MTRC) também tem estado envolvido no processo nacional de diálogo, tendo estabelecido o Fórum Nacional para o Diálogo entre os Grupos de Artes Marciais após a crise política de Abril-Maio de 2006, que incluía basicamente os quatro principais grupos em confronto: Colimau 2000, PSHT, KORK, e 7-7. Embora o fórum fosse, originalmente, uma iniciativa temporária, o MTRC pretende que ele continue a trabalhar com os GAMs.<sup>26</sup>

O Ministério da Solidariedade Social (MSS), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem estado envolvido num processo de diálogo com vista a facilitar o regresso dos deslocados às suas aldeias. Recentemente, o MSS lançou uma nova iniciativa de diálogo, com cinco equipas de mediação a trabalharem nos cinco sub-distritos de Dili. Embora não esteja directamente relacionado com os GAMs, trata-se do processo de diálogo comunitário mais abrangente actualmente a decorrer e poderá, de algum modo, contribuir para reduzir a violência provocada pelos GAMs.

Finalmente, por iniciativa do Secretário de Estado para a Juventude e Desporto e alguns dos dirigentes mais moderados de GAMs, foi

pelo GTZ/EU<sup>30</sup> deu apoio ao processo de mediação nacional com a intenção de criar um diálogo entre os GAMs, e inclui iniciativas de capacitação organizativa e formação em liderança e transformação de conflitos.<sup>31</sup>

## Resposta das forças de segurança

As forças de segurança têm adoptado, em relação à violência provocada pelos gangues, uma abordagem tipicamente reactiva. As unidades formadas de polícia (*Formed Police Units*, FPU), a polícia das Nações Unidas (UNPOL) e as ISF executaram acções de resposta rápida a situações de violência provocadas pelos gangues, para além de levarem a cabo com regularidade acções de patrulhamento e de estabelecerem postos permanentes de polícia em diversos locais considerados problemáticos. Houve, no entanto, duas iniciativas fundamentais que se destinaram especificamente a combater a violência dos gangues, assim como uma iniciativa bem sucedida de policiamento comunitário.

Em resposta à escalada da violência entre os gangues, a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste, UNMIT) autorizou a criação, em Janeiro de 2007, de uma *Gang Task Force*, da qual faziam parte membros dos departamentos de Direitos Humanos e Assuntos Políticos, da PNTL e ISF. Inicialmente, a *Gang Task Force* procurou mediar o conflito entre os grupos em confronto, organizando uma reunião de alto nível com líderes de GAMs importantes no dia 24 de Janeiro, no quartel-general da PNTL em Díli. Quando esta iniciativa fracassou, UNPOL, FPU e as ISF, em coordenação com a *Gang Task Force*, realizaram uma rusga nas instalações do maior GAM, o PSHT. Naquilo que constituiu talvez a maior operação contra um gangue, as autoridades detiveram o líder do PSHT e 47 dos seus membros, tendo igualmente apreendido diversas armas, incluindo setas e dispositivos incendiários de fabrico artesanal, uniformes e rádios da polícia.<sup>32</sup>

A operação produziu efeitos diversos. Uma das críticas dirigidas àqueles que estiveram por detrás da operação foi a de que criara um vácuo que resultara num aumento da violência: gangues rivais ocuparam o território deixado livre e queimaram a sede do PSHT, assim como outras casas de familiares de membros do gangue, desencadeando desse modo um novo ciclo de retaliações e violência. Embora a operação tivesse posto fim à violência localizada em torno da sede do PSHT, a violência prosseguiu noutras zonas e em breve novos dirigentes preencheram o vazio criado.

Separadamente, uma nova *Task Force* da PNTL foi criada no final de 2007 por iniciativa do Secretário de Estado para a Segurança. Equipada como equipamento anti-motim, a *Task Force* pretendia actuar como unidade móvel de intervenção rápida em situações de perturbação da ordem pública. Embora ela pareça ter sido razoavelmente eficaz no combate aos gangues e à violência nas comunidades, a *Task Force* tem sido criticada pela falta de comunicação com a ISF ou UNPOL e adquiriu uma reputação de

brutalidade. Além disso, parece estar a duplicar as tarefas atribuídas à Unidade de Intervenção Rápida (UIR) da PNTL.<sup>33</sup>

Finalmente, no final de Novembro de 2007, a UNPOL levou a cabo duas operações bem sucedidas de apreensão de armas no subúrbio de Díli conhecido como Bairro Pité, uma área particularmente problemática do ponto de vista da violência. O êxito da operação pode ser atribuído, em grande medida, à abordagem adoptada, que envolveu uma série de consultas com os chefes de aldeia locais, que de resto acompanharam as operações e assinaram formulários permitindo a realização de revistas em todas as casas identificadas pela polícia.

## Conclusões

A violência provocada pelos grupos e gangues timorenses tem flutuado ao longo dos tempos, mas existem fortes indícios de que os membros destes grupos cresceram em número e a sua origem se diversificou em anos recentes. O governo e a sociedade civil tomaram várias medidas para gerir e mitigar este fenómeno, mas a ausência de vontade política, coordenação e compromissos financeiros sólidos limitaram o alcance das iniciativas realizadas. Esse facto é preocupante, uma vez que são necessários mais esforços concertados em diversas frentes.

A multiplicidade de esforços de mediação sugere que a criação de um comité de coordenação inter-institucional para a mediação de conflitos seria um primeiro passo positivo no sentido da harmonização e coordenação das abordagens, reunião dos apoios financeiros, retenção dos conhecimentos adquiridos e criação de uma base de conhecimentos especializados para lidar com os gangues. Do mesmo modo, a interrelação entre a violência dos gangues e a violência no seio das comunidades aponta para a necessidade da integração da mediação entre os gangues com programas de mediação de conflitos nas comunidades.

Para além de intervenções destinadas a evitar situações de violência aguda, são necessários esforços a mais longo prazo destinados a lidar com as motivações profundas dos membros dos gangues. Iniciativas que permitissem aos membros de gangues rivais trabalhar juntos em programas sociais e programas de formação para pequenos negócios seriam oportunidades benéficas para quebrar o ciclo de violência e de rivalidades entre os gangues.

A identificação e monitorização da presença de membros de gangues na administração do Estado também constitui uma medida importante para quebrar tais ligações. As forças de segurança deveriam ser obrigadas a declarar a presença de membros de GAMs e gangues no seu seio, a fim de controlarem melhor a influência de tais grupos sobre membros individuais das forças do



Mãe e criança em frente a uma insígnia de gangues, Díli, 2008  
© JAMES SCAMBARY

Estado; um registo de membros dos GAMs seria uma ferramenta útil para rastrear e poder seguir esses elementos. A obrigação dos políticos e funcionários públicos declararem a sua pertença a organizações desse tipo também seria benéfica. A transparência pode ser, em si mesma, uma ferramenta poderosa.

Finalmente, é por demais evidente que os gangues reagem a deficiências presentidas e reais nos sectores da justiça e segurança em Timor-Leste, e que a actual situação não deverá alterar-se significativamente no futuro próximo. Contudo, na medida em que a reforma da polícia e dos tribunais possa colmatar o fosso que existe entre o governo e os seus cidadãos, reconstruir a confiança e fornecer serviços pertinentes, tais esforços contribuiriam quase de certeza para uma redução no número de gangues e dos seus membros, e da violência que lhes está associada.

## Notas

*Esta Nota Informativa baseia-se no trabalho de investigação de James Scambary, que vem estudando os gangues timorenses desde 2006 para a AusAID e o Conflict Prevention and Peace Forum (CPPF) do New York Social Science Research Council.*

- 1 FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (FALINTIL: Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste).
- 2 Polícia Nacional de Timor-Leste.
- 3 Ver, por exemplo, TLAVA *Nota Informativa* 1.
- 4 Neupert e Lopes (2006), p. 22.
- 5 *Ibid.*, p. 22.
- 6 Ward (2000), p. 231.
- 7 Entrevista com Fidelis Magalhães, elemento do projecto de mediação entre GAMs, Díli, 31 de Janeiro de 2008.



8 Entrevista com Susana Barnes, investigadora da Australian National University sobre questões de terras e propriedades, Díli, 19 de Janeiro de 2008.

9 Ostergaard (2005), pp. 22–3.

10 GTZ (2007).

11 McWilliam (2005), p. 39.

12 Entrevista com um oficial sénior da PNTL, Díli, 31 de Janeiro de 2008.

13 Entrevista com um oficial sénior da PNTL, Díli, 31 de Janeiro de 2008.

14 'Magic And Mayhem: Gang Culture Threatens E.Timor', *South China Morning Post*, 6 December 2007.

15 ICG (2008), p. 18.

16 Neupert e Lopes (2006), p. 33.

17 Entrevista com um elemento da UNPOL, Díli, 29 de Janeiro de 2008.

18 Harrington (2006), p. 47.

19 Comunicação da UNPOL, 1 de Fevereiro de 2007.

20 Oxfam Timor-Leste (2003).

21 'Declaração Conjunta dos Organizações de Artes Marciais', Díli, 30 de Junho de 2005.

22 GTZ (2007), p. 26.

23 Entrevista com um elemento da UNPOL, Díli, 29 de Janeiro de 2008.

24 Ver Haley e Muggah (2006), Alpers (2005), e Thompson e Dinnen (2004) para uma análise dos diversos impactos da violência armada sobre as comunidades urbanas e rurais na região do Pacífico.

25 República Democrática de Timor-Leste (2006).

26 GTZ (2007), p. 27.

27 UNMIT (2008).

28 Entrevista com pessoal dos *Catholic Relief Services*, Díli, 31 de Janeiro de 2008.

29 Entrevista com Fidelis Magalhães, elemento do projecto de mediação entre GAMs, Díli, 31 de Janeiro de 2008.

30 Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit/European Union.

31 GTZ (2007), p. 26.

32 UNPOL (2007).

33 Entrevista com um elemento da UNPOL, Díli, 29 de Janeiro de 2008.

## Bibliografia

Alpers, Philip. 2005. *Gun Running in Papua New Guinea: From Arrows to Assault Weapons in the Southern Highlands*, Special Report 5. Geneva: Small Arms Survey.

Democratic Republic of Timor-Leste. Office of the Prime Minister. 2006. 'Media Release.' 1 December.

GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit). 2007. *Securing a Better Future: Martial Arts Groups and Their Potential to Become Part of a Peace Constituency in Timor-Leste*. Díli: GTZ. May.

Haley, Nicole and Robert Muggah. 2006. 'Jumping the Gun: armed violence in Papua New Guinea'. In *Small Arms Survey 2006: Unfinished Business*. Oxford: Oxford University Press.

Harrington, Andrew. 2006. 'Ethnicity, Violence, and Property Disputes in Timor-Leste'. *East Timor Law Journal*. <[http://www.eastimorlawjournal.org/ARTICLES/2007/ethnicity\\_violence\\_land\\_property\\_disputes\\_timor\\_leste\\_harrington.html](http://www.eastimorlawjournal.org/ARTICLES/2007/ethnicity_violence_land_property_disputes_timor_leste_harrington.html)>

ICG (International Crisis Group). 2008. *Timor-Leste: Security Sector Reform*. Crisis Group Asia Report no. 143. Díli: ICG. 17 Janeiro 2008.

Knezevic, Nevin. 2005. *Timor-Leste: Background Paper on Human Rights, Refugees and Asylum Seekers*. United Nations High Commissioner for Refugees, Protection Information Section. February. <<http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/4240091d4.pdf>>

McWilliam, Andrew. 2005. 'Houses of the Resistance: Structuring Sociality in the New Nation'. *Anthropological Forum*, Vol. 15, No. 1. March, p. 34.

Neupert, Ricardo and Silvino Lopes. 2006. 'The Demographic Component of the Crisis in Timor Leste'. London School of Economics. September.

OHCHR (Office of the High Commissioner for Human Rights). 2006. *Report of the United Nations Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Geneva: OHCHR. 2 October.

Ostergaard, Lene. 2005. *Timor-Leste Youth Social Analysis Mapping and Youth Institutional Assessment*. Timor Leste: World Bank. June.

Oxfam Timor-Leste with GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) and Timor-Leste Directorate of Land and Property. 2003. *The Customary Use of Natural Resources in Timor Leste*. Timor Leste: Oxfam and GTZ.

Thompson, Edwina and Sinclair Dinnen. 2004. *Gender and Small Arms Violence in Papua New Guinea*. Discussion Paper No. 2004/8. Canberra: State, Society and Governance in Melanesia Project, Australian National University.

UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste). 2008. 'Daily Media Briefing.' 28 August.

UNPOL (United Nations Police). 2007. 'Daily Security Briefing.' 1 February.

Ward, Michael. 2000. 'Fighting for Ples in the City: Young Highlands Men in Port Moresby, Papua New Guinea'. In Sinclair Dinnen and Alison Ley, eds. *Reflections on Violence in Melanesia*. Canberra: Hawkins Press, pp. 231.

## Publicações do TLAVA

### Notas Informativas

*Lidar com as kilat: uma resenha histórica da disponibilidade de armas ligeiras e do controlo do armamento em Timor-Leste*. Nº 1, Outubro 2008

### Artigos

Parker, Sarah. 2008. 'Commentary on the Draft Arms Law in Timor-Leste'. *East Timor Law Journal*. Disponível em linha em inglês, tétum, indonésio e português. <<http://www.eastimorlawjournal.org/Articles/Index.html>>

## Projecto TLAVA: sumário

O Projecto de Avaliação da Violência Armada em Timor-Leste (*Timor-Leste Armed Violence Assessment*, TLAVA) é um projecto de investigação independente com supervisão da Austcare e do *Small Arms Survey*. Trabalhando com parceiros públicos e não-governamentais, o projecto pretende identificar e disseminar abordagens concretas para evitar e reduzir a violência armada real e pressentida em Timor-Leste. Com o apoio de uma rede de parceiros, o projecto servirá de repositório de dados internacionais e nacionais sobre violência e suas tendências. Entre 2008 e 2010, o TLAVA servirá de plataforma para o intercâmbio e partilha de informações, com um especial enfoque:

- nos factores de risco, impactos e custos socio-económicos da violência armada em relação à saúde das populações – em particular das mulheres, crianças e jovens do sexo masculino, e deslocados internos;
- na dinâmica da violência armada associada a grupos de 'alto risco' tais como gangues, comunidades específicas em distritos afectados, peticionários, veteranos, instituições do Estado, e potenciais catalizadores tais como processos eleitorais; e
- na disponibilidade e utilização indevida de armas (por ex. armas brancas, de fabrico caseiro, ou artesanal) como um factor que contribui para a violência armada e a insegurança recorrente.

O objectivo do projecto é formular opções políticas para o Governo, sociedade civil e seus parceiros em Timor-Leste sobre o modo de reduzir a violência no país que sejam válidas e se baseiem em dados concretos. O projecto recorre a uma combinação de diferentes metodologias—desde a monitorização da saúde pública à investigação baseada em *focus groups* e entrevistas—para identificar prioridades adequadas e estratégias práticas. Os resultados do trabalho realizado serão divulgados em tétum, indonésio, português e inglês. As *Notas Informativas* do TLAVA constituem relatórios actualizados sobre aspectos importantes da violência armadas em Timor-Leste, incluindo a disponibilidade e distribuição de armas ligeiras e armas de fabrico artesanal em Timor-Leste e a violência relacionada com as eleições.



O projecto é apoiado pela AusAID.

## Ficha técnica

Concepção gráfica: Go Media Design  
Apoio editorial: Emile LeBrun, Robert Muggah e James Turton

## Contacto

Para mais informações, consultar [www.timor-leste-violence.org](http://www.timor-leste-violence.org) ou contactar [info@timor-leste-violence.org](mailto:info@timor-leste-violence.org).

